

## RELATÓRIO DO TCU

# Graves erros em sistema põem segurança energética em risco

## Relatório aponta sérios problemas estruturais na capacidade de geração de eletricidade

BRASÍLIA

▄ O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou sérios problemas estruturais na capacidade de geração de energia elétrica no país para garantir a segurança energética dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

O principal argumento do governo para rebater críticas de que o sistema apresenta altos níveis de risco de racionamento é exatamente o “equilíbrio estrutural”. Segundo o acórdão votado na última terça-feira em plenário, o TCU “encontrou fortes indícios de que a capacidade de geração de energia elétrica no país configu-

ra-se estruturalmente insuficiente para garantir a segurança energética dentro dos parâmetros estabelecidos”.

São quatro os pontos críticos apontados pelo tribunal: falhas no planejamento da expansão da capacidade de geração, superavaliação da garantia física das usinas, indisponibilidade de parte do parque de geração termelétrica e atraso na entrega de obras de geração e transmissão de energia elétrica.

O TCU exigiu do governo prazos para adoção de medidas que mitiguem esses problemas, como a apresentação de um cronograma de trabalho “para elaboração de estudos, incluindo, se for o caso, a realização de audiências/consultas públicas, visando, além do esclarecimento à sociedade, à

## OS QUATRO PONTOS CRÍTICOS



**1** Falhas no planejamento da expansão da capacidade de geração

**2** Superavaliação da garantia física das usinas

**3** Indisponibilidade de parte do parque de geração termelétrica

**4** Atraso na entrega de obras de geração e transmissão de energia

identificação clara dos custos e benefícios econômicos e sócio-ambientais da utilização de cada tecnologia de geração de energia elétrica”.

## SOLUÇÕES

A posição do TCU está em linha com manifestação de agentes do setor elétrico ao longo desta semana, que pedem do governo “soluções urgentes” para a situação atual da situação de abastecimento do país. Eles querem, ainda, mais transparência nas decisões do governo.

Na última quarta-feira, o TCU promove audiência pública para debater o setor energético, principalmente o impacto da Medida Provisória 579/2013, depois aprovada em Congresso, e seus impactos sobre a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

## Governo admite atrasos

▄ O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, reconheceu ontem que há atrasos em empreendimentos do setor elétrico, mas argumentou que esses problemas são pontuais e não comprometem o sistema. “O sistema está estruturalmente equilibrado”, repetiu Zimmermann em audiência pública no TCU.

Ele voltou a comparar a situação atual com a verificada em 2001, quando houve racionamento de energia. “O modelo energético brasileiro é um sucesso em termos de atração de investimentos”.